

29 AGO 1987

A CNBB se queixa a Sarney. E muito.

Depois de receber ontem o documento "Não percamos jamais a esperança", divulgado após o encerramento da 18ª reunião do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o presidente José Sarney ouviu as queixas do presidente da entidade, d. Luciano Mendes de Almeida, contra a série de denúncias feitas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, envolvendo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa trama internacional para retirar a soberania do País em terras indígenas.

Segundo o bispo, Sarney disse ter conhecimento dos documentos que deram origem à denúncia e, mesmo não tendo emitido um juízo a respeito, "guarda todo o apreço aos missionários e ao trabalho que eles desenvolvem no Brasil".

Dom Luciano, acompanhado do ex-presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, justificou a audiência pedida ao presidente para que "ele tenha o depoimento dos bispos do Brasil quanto à falsidade dos documentos que foram apresentados contra o Cimi". Ao ser perguntado se o presidente Sarney em algum momento da audiência reconheceu a falsidade, naturalmente que o julgamento subjetivo

do presidente não foi externado no decorrer da conversa".

Na audiência, conforme relato do próprio bispo, a discussão ocorrida no início da semana com o ministro Paulo Brossard, que fez duras críticas à atuação da CNBB, não foi comentada. De acordo com dom Luciano, não era necessário lembrar ao presidente um assunto "que é do conhecimento público", referindo-se às repreensões que recebeu do ministro. "É assunto superado", afirmou. Para ele, mais importante "é que seja restabelecida a verdade sobre os acontecimentos do Cimi".

O bispo não quis reproduzir os comentários do presidente da República. Ele limitou-se a reproduzir todas as colocações da Igreja sobre as denúncias contra o Cimi e a violência no campo. Aproveitou para pedir apoio do governo nas investigações sobre o atentado sofrido pelo padre Francisco Cavazuci, ocorrido ontem no interior de Goiás, e que ele atribuiu à crescente onda de tensão no campo. O padre, que está internado em estado grave com quatro tiros na cabeça, era um defensor da justiça no campo e da reforma agrária, de acordo com dom Luciano.

Ao comentar as declarações do ministro do Exército, general Leô-



D. Luciano e d. Ivo com Sarney: encontro cordial?

nidas Pires Gonçalves, criticando a influência predominante da "esquerda radical" na Constituinte, dom Luciano foi cauteloso: "É, naturalmente, uma análise própria do ministro, do seu ângulo de vista. Nós alimentamos a esperança de que nos próximos dias o texto constitucional possa trazer enriquecimentos notáveis.

Terras

Além disso, o presidente da CNBB lamentou que o substitutivo

do relator Bernardo Cabral em seu artigo 302, parágrafo 2º apesar de só permitir a exploração das riquezas minerais nas terras indígenas com autorização destes e do Congresso Nacional, não determine claramente que esta exploração deva ser reservada ao Estado, conforme constava no texto anterior. A opinião de d. Luciano é de que ao se abrir a exploração às minerais particulares "termine a soberania e a sobrevivência dos índios". Sobre a reforma agrária d. Lu-

ciano comentou que a imissão de posse em 90 dias, como consta do substitutivo de Cabral, "é um fato novo e indispensável". Apesar disso houve um retrocesso, uma vez que o Estatuto da Terra prevê a imissão de posse em apenas 48 horas. Para d. Luciano, o Estatuto da Terra, dentre todos os dispositivos legais da Velha República, "é uma exceção".

Já para o secretário-geral da CNBB, d. Antônio Celso Queiroz, "a legislação social existente e a que está em elaboração repete um fenômeno análogo ao **apartheid** da África do Sul. "Uma elite de detentores de poder que não quer abrir mão de nada" enfatizou d. Celso.

Solidariedade

No documento da CNBB os bispos protestam contra o modo ofensivo com que d. Luciano Mendes tem sido tratado por "certa instância governamental" e por alguns meios de comunicação. Também manifesta preocupação com o momento atual, apelando aos dirigentes e ao povo brasileiro para que busquem "uma democracia real" e ainda repudia a "calúnia contra o Cimi".

O documento ressalta preocupação da Igreja com dois valores fundamentais da democracia real: "O precioso dom da vida" e "As

minorias indígenas". De acordo com d. Luciano, há uma campanha organizada contra os povos indígenas que atenta contra os seus direitos à terra. Sobre o dom da vida d. Luciano anunciou o lançamento da campanha nacional do soro caseiro (sal, açúcar e água) que pode evitar a morte por desidratação de 60 mil crianças brasileiras.

O documento traz um alerta à população para que se "previnam quanto a pessoas e grupos que, abusando do nome da Igreja tentam objetivos e usam métodos alheios e contrários aos ensinamentos da Igreja". Sobre esta questão d. Antônio Celso Queiroz esclareceu que em muitos episódios, como saques a supermercados e invasões de terra, a Igreja tem sido acusada de "insuflar" os movimentos, o que, segundo ele, não é verdade.

CPI

Dois dos deputados que mais condenaram a ingerência do Cimi e de cidadãos austríacos na questão indígena brasileira, foram designados para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito mista do Congresso que investigará o assunto. São eles o próprio autor do requerimento da CPI, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o vice-líder do PDS, Gerson Peres (PA).

Estabilidade com três meses? É demagogia, diz Magri.

"Demagógica. Foi feita para enganar o trabalhador." Assim reagiu ontem, depois de audiência com o presidente Sarney, o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, ao comentar a proposta de estabilidade no emprego, depois de três meses de trabalho, contida no projeto do relator Bernardo Cabral. "Com uma estabilidade de três meses você espanta do País todo tipo de investimento, seja nacional ou estrangeiro", reagiu Magri.

Depois de chamar a proposta de Bernardo Cabral de "coisa estreita" e de dizer que todos sabem que ela não irá passar, Magri, durante entrevista à imprensa, pediu que fosse apontado um País no mundo que tivesse garantia de emprego com três meses de trabalho. "Aí eu fico quieto", arrematou, acrescentando que de sua parte foi enviada outra sugestão ao relator da Comissão de Sistematização, a exemplo do que ocorre com os eletricitários de São Paulo, com a estabilidade ligada ao problema do seguro-desemprego.

"Eu não estou acreditando no texto constitucional" disse Magri, informando que sua proposta prevê primeiro a advertência verbal, seguida da advertência escrita, da suspensão e só então a demissão. Com isso como já acontece em São Paulo, o sindicalista acha que dificulta a demissão sem justa causa. "Sindicato único por categoria, sa-



Magri com Sarney

lário justo e garantia do emprego são itens que devem constar da futura Constituição e pelos quais o movimento sindical irá trabalhar", conforme destacou Antônio Rogério Magri.

O trabalho dos sindicatos junto aos políticos foi defendido por Magri. Ele condenou, contudo, o uso dos sindicatos pelos partidos políticos e acusou o PT de usar a CUT, enquanto facções do PC do B tentam usar a CGT. E garantiu que vai brigar para que isso não aconteça, dizendo-se absolutamente despartidarizado, mas justificando que isso não representa um discurso "apolítico".

CGT no ABC

Dificilmente a Regional ABC da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que será formalmente instituída hoje na sede do Sindicato dos Borracheiros de Santo André, com a presença do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, abrigará correntes que divergem das

principais lideranças da entidade na Capital, como Luiz Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e Rogério Magri, dos Eletricitários.

"Não aceito ideologia partidária nos sindicatos e esta sempre foi a minha briga com a CUT e o PT", afirma João Lins Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, hoje com aproximadamente 17 mil trabalhadores na base. Filiado à CGT, o sindicato enfrenta ferrenha disputa com a oposição sindical liderada pela CUT.

De acordo com João Lins, entre as "bandeiras" da entidade regional, estariam a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a garantia de emprego.

Outro sindicalista à frente da CGT regional, João Claboxar Gil, presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, com oito mil trabalhadores em sua base, não quer rotulações, assinalando que a linha a ser seguida será "de meio termo, a linha do diálogo". Ao contrário de Lins, Gil não é contra a estabilidade no emprego, mas defende a luta dos trabalhadores mais no campo econômico e social.

Dos 27 sindicatos existentes na região, 18 poderão compor a regional da CGT, segundo cálculos de Claboxar Gil, além de duas federações, garantindo à central uma base de aproximadamente 280 mil trabalhadores, enquanto a CUT estima sua base em 350 mil.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, deve entregar na próxima segunda-feira ao presidente José Sarney o relatório sobre o anteprojeto do relator Bernardo Cabral, que foi classificado por ele de "lamentável no seu todo, e abusado em vários de seus artigos". Desse relatório irá sair uma emenda de constituição, a ser negociada na Assembléia Constituinte, propondo a instituição de um regime presidencialista puro, com fortalecimento do Poder Legislativo.

De acordo com o consultor-geral da República, o presidente Sarney, após uma cuidadosa análise do anteprojeto de Cabral, fixou-se numa determinação: "Não desejo transmitir o cargo ao meu sucessor sem que lhe dê garantias de que irá governar", foram as palavras do presidente ao reunir-se com Bernardo Cabral na última quarta-feira. O regime parlamentarista proposto pelo relator, concluiu, Sarney, acabará com os poderes de um presidente, mesmo que tenha sido eleito por 40 milhões de votos. O consultor presenciou a conversa.

Hoje, o presidente Sarney se reunirá com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e deverá traçar uma estratégia para apresentação da emenda. A idéia do Palácio do Planalto é que um deputado — provavelmente o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna — apresente-a, mas com cuidado de não fazer pa-



Saulo Ramos

E o Planalto já articula sua emenda

recer que se trata de uma interferência do Executivo na Assembléia. Ontem, o consultor Saulo Ramos insistia em dizer que o governo está apenas se colocando à disposição dos constituintes, por entender que há imperfeições na proposta parlamentarista. As críticas que faz ao anteprojeto, disse, são pessoais, "do advogado Saulo Ramos".

Entre os absurdos apontados por ele está a inclusão de muitas matérias que não são de ordem constitucional e o retrocesso verificado em alguns itens que devem constar da carta. Nesse último caso, citou a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como defesa do trabalhador. A proposta de Cabral não faz nenhuma alusão à defasagem do valor que é depositado para o trabalhador correspondente ao tempo de serviço, quando o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já afirmou jurisprudência reconhe-

cendo desvantagens no ato do pagamento do fundo. Outra "irrealidade", disse, é a fixação de um prazo até o ano 2000 para erradicar o analfabetismo no Brasil. Um dos artigos do anteprojeto estabelece, ainda, a promoção e superação do preconceito racial no País, o que na opinião Saulo Ramos, deixa antever que já se admite essas práticas condenáveis. "Não se promove, deveria dizer apenas que não é admitido o preconceito, seja qual for", afirmou.

Durante leitura do anteprojeto, completamente rabiscado com anotações de próprio punho, Saulo Ramos disse que o Brasil não pode perder a oportunidade de fazer uma excelente Constituição. "Estamos na virada do século, já deveríamos ter experiência." Da forma como está sendo feita, completou, "as regras erradas acabarão arnarranzando a legislação ordinária".

No capítulo que trata do regime de governo, acrescentou, o erro do relator Bernardo Cabral foi não ter considerado as peculiaridades do Brasil. O parlamentarismo deu certo em países unitários. Com regimes monárquicos. Entre os países republicanos a experiência foi bem-sucedida na França, Itália e Portugal, sendo o único Estado ferado a viver esse regime a Alemanha Ocidental. Na sua opinião, é ridículo que um presidente eleito com 40 milhões de votos tenha menos poder que um deputado eleito com 40 mil votos, como propõe o relator Cabral.